



DELÍRIO

DO

PODER

MARGIA

TIBURRI

PSICOPODER E

LOUCURA COLETIVA NA

ERA DA DESINFORMAÇÃO

APRESENTAÇÃO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA



17. Alienistas e alienados
18. Ser ou não ser: o desafio da política
19. A intrusa
20. As mulheres sempre se justificam
21. Falta de poesia e outros clamores
22. Sem pecado nem culpa, um experimento radical
23. Da teatralidade impossível à canastrice
24. Experimentabilidade e disponibilidade
25. Dissimulação e cinismo consensual
26. Assédio audiovisual — a câmera como arma
27. Rio de Janeiro
28. O coronel e sua síndrome
29. A lógica do assalto e as milícias midiáticas
30. Criminalização da lógica
31. O capitalismo e o roubo
32. O fracasso
33. Eleger
34. Confusão mental política
35. Votar
36. União das esquerdas
37. A inevitável vida comum
38. Estamos fugindo de nossos caçadores
39. O *stalker*, caçador digital
40. Sob condições digitais

41. Política espectral
42. Fogueiras das vaidades digitais
43. *Invidia penis*
44. *Bullying*
45. Chantagem
46. A consciência que nos une
47. Autoconsciência
48. Um silêncio chamado política
49. A menina que vai à escola três vezes por semana
50. Aprisionada
51. O menino e o carrinho sem pilhas
52. As mães, meninas
53. Fazer o que deve ser feito até o fim
54. Os pastores
55. Jesus
56. Indisponibilidade
57. Uma mentira palatável
58. O sonho com os morcegos
59. Mimetismo político: a camuflagem da vítima em potencial
60. Vergonha, novos-ricos e nova política
61. A política que há de vir
62. Funções
63. A parte podre da política
64. Veneno

65. O puxa-saco ou o sadomasoquista
 66. Coragem
 67. Totem e tabu
 68. Torpor mental e emocional
 69. Vingança
 70. Hipnose coletiva: o mal radical
 71. Debates
 72. Inacreditabilidade
 73. Ética
 74. Linguagem é poder e poder é linguagem
 75. Corrupção e estratégias do terrorismo imbecilizatório
 76. Lula, Dilma e eu na prisão
 77. Livros para colorir
- Notas e referências bibliográficas

Apresentação

Luiz Inácio Lula da Silva

À Marcia Tiburi não falta coragem. Nas suas opiniões, ideias e atitudes, ela não tem medo de arriscar, de dizer o que pensa e sente, de correr o risco de desagradar. Ela não vai se calar diante de uma injustiça ou para manter um espaço em um canal de TV. Nunca vai abdicar da sua voz e das suas reflexões. Vai dizer e escrever o que pensa. O leitor pode ter certeza disso.

Conheci a Marcia pela sua ousadia nas análises, nas opiniões, nos livros e na vida. No ano passado, ela foi destemida ao ir além de analisar e escrever sobre o cenário político para participar das disputas eleitorais, algo que pouca gente tem coragem de fazer.

A política é, ao mesmo tempo, a atividade mais exigida pela sociedade e a mais criticada. As pessoas exigem mais de um político do que, muitas vezes, de si mesmas. E não importa quem seja: na democracia, o político tem que sair na rua para pedir voto, no sol ou na chuva, dando satisfação a quem depositou sua confiança nele.

A política é cheia de falhas porque é humana. Mas, quando se nega a política, o que vem depois é sempre pior — e estamos vendo isso atualmente no Brasil.

Em um momento muito difícil do país, e em especial do estado do Rio de Janeiro, Marcia teve a coragem de assumir o desafio de ser candidata, se propôs a cuidar da população, a conversar e a entender os problemas e as aflições do povo.

Eu sei que uma experiência dessas é transformadora, e teve fortes efeitos nas suas reflexões sobre o momento atual. Isso torna este livro ainda mais interessante, pois une a cultura e a teoria que a Marcia conhece à experiência prática que adquiriu no desafio das ruas, da imprensa, das mídias sociais, ao debater política no mundo de hoje.

Este livro é reflexo da sua valentia de pensar e agir livremente — liberdade tão essencial ao ser humano. Porque podem prender nosso corpo, mas é a coragem e o pensamento que nos fazem livres, e não prisioneiros.

Prólogo

Escrevo desejando que este livro seja útil ao presente e às próximas gerações. Que seja o testemunho de um tempo em que, como sociedade, não soubemos valorizar suficientemente a democracia.

A desvalorização da democracia é própria ao menosprezo da vida política. O rebaixamento da política, por sua vez, nasce de uma necessidade interna ao sistema chamado de capitalista, que se caracteriza pelo sequestro da economia. Refiro-me à economia na mão de poucos, a serviço de elites e suas corporações e contra a grande maioria, composta daqueles que trabalham para os primeiros e dos que são simplesmente descartados pelo sistema, já que são inúteis para ele. Esse sistema se sustenta sobre a ignorância quanto aos aspectos políticos da economia e aos aspectos econômicos da política. Sustenta-se, sobretudo, na ignorância da maior parte da população quanto aos jogos de poder econômico nos quais vidas humanas são meras peças, como são as vidas simplesmente vivas, a vida dos animais em geral. Sua forma contemporânea, o neoliberalismo, é a prova de que, para garantir o sequestro da economia, é preciso espoliar as pessoas também da sua capacidade de pensar e do seu desejo, assim como de seus sentimentos e emoções. Há um regime afetivo em ação no capitalismo, e ele depende do ódio, do medo, da inveja e de todos os afetos negativos que separam as

peças, fazendo com que aceitem viver em uma guerra de todos contra todos, indóceis em relação ao próximo, dóceis em relação aos poderosos e ao sistema.

A política, tanto quanto a economia, é um saber acerca das relações de poder. Ou você está jogando, ou estão jogando — com você na forma de “morto” —, às vezes as duas coisas ao mesmo tempo. Se todos souberem sobre essas relações, como elas funcionam, o que elas permitem, o que impedem, o que promovem, o que constroem, o que destroem, talvez queiram participar desses jogos com mais consciência; mas é possível também que se recusem a participar. Conhecidos, esses jogos deixariam de ser jogados por quem deseja e sabe usá-los em benefício próprio. Digo isso pensando que a economia deveria servir a todos, promover a vida em geral, facilitar a existência de todos para além dos fins egoístas dos que se apossam dos meios de produção e das formas do capital. Caso se pautasse por parâmetros éticos, a economia alcançaria esse ideal. Nesse sentido, a tarefa da política, que devemos construir de acordo com parâmetros éticos e direitos fundamentais, é também devolver a economia ao povo, assim como sua capacidade de pensar por conta própria. Filosofia, arte e ciência, direito e diálogo são fundamentais nesse processo.

Este livro trata de uma luta política em um terreno tomado pelo poder econômico, pela má-fé e suas práticas sem limites. Luta é uma palavra que, em qualquer instância da vida, implica a possibilidade de vitória ou derrota, de vida ou morte. Não há como uma luta verdadeira não implicar a possibilidade de grandes e profundas transformações e o inevitável ódio das elites e dos que ocupam o lugar de “donos do poder”. Lutam os que se compadecem, os que se indignam, mas, sobretudo, os que não temem a morte porque as condições reais da vida, sejam elas subjetivas ou objetivas, parecem muitas vezes piores do que a própria morte.

Quando falamos de política e Rio de Janeiro, a questão da morte

se torna ainda mais direta. Dedico este livro à grande lutadora que pagou com a própria vida por ter sido a heroína que foi, lutando contra o poder econômico em uma de suas formas mais destrutivas e fatais, aquela que se esconde por trás da indústria da segurança na forma de milícias e outros poderes obscuros. Os garotos-propaganda da indústria armamentista estão eleitos e rasgam placas com seu nome. Em eventos públicos.

O assassinato de Marielle Franco é um divisor de águas na história da cidade do Rio de Janeiro, do Brasil, da nova esquerda, das lutas políticas como um todo. Seu assassinato orquestrado e produzido tem, além de tudo, um inegável caráter misógino e racista. *Se fosse possível reverter o tempo e trazer de volta Marielle Franco* é um pensamento que às vezes me vem à mente e denota a angústia própria à vida que continua após seu assassinato. Uma continuação carregada de muito sofrimento. Que estejamos lançados em uma espécie de pesadelo é algo sobre o que não podemos deixar de pensar neste momento difícil de trabalho de luto por um projeto de país que, no entanto, precisamos retomar. Continuaremos lutando também por justiça para Marielle, embora não haja justiça para os mortos, como disse o filósofo alemão que se suicidou em 1940 ao fugir dos nazistas.

Este livro não existiria sem a experiência de minha candidatura ao governo do estado do Rio de Janeiro no turbulento ano de 2018, quando foram eleitos vários representantes de ideias e posturas que em tudo podem ser denominadas fascistas em função do monstruoso ódio ao outro que manifestam — ainda que não sejam nacionalistas como os fascistas clássicos e, na verdade, como fascistas tropicais e coloniais, sejam bem subservientes aos poderes mundiais. Foram eleitos, para o governo federal e para governos estaduais, para o Congresso e para as assembleias legislativas dos estados, personagens que apavoram pela capacidade de expressar violência, e o mais estranho é que tenham sido amplamente votados por uma população

que de fato não sabe o que faz. E não tem como saber o que faz.

Nesse contexto, concorrendo ao cargo de governadora, vivi diversas situações difíceis e complexas, outras bonitas e inesquecíveis. De qualquer modo, foi uma experiência sobre a qual me é obrigatório refletir. Assim como é inevitável o testemunho exposto na narrativa que atravessa este texto. Em contextos de jogos de poder complexos, quando uma pessoa qualquer se candidata, se essa pessoa é alheia aos jogos, sempre pode acabar sendo vista como uma intrusa no campo da política, desde que a política foi rebaixada a um negócio e, como tal, está previamente dominada por gente que age como esperta. A maior parte dos políticos vê a política como um negócio. Como o negócio de sua vida cheia de negócios.

A vida política, como qualquer espaço que envolva o poder, tem seus posseiros e alguns coronéis que se consideram proprietários naturais desses espaços. Entre os poderosos e seus filhos e entre políticos carreiristas preocupados apenas com seus poderes partidários e seus lugares narcísicos, estamos nós, pessoas comuns que queremos um mundo melhor e sabemos que as instituições são fundamentais na construção e sustentação de uma sociedade justa para todos.

Quando uma pessoa com características tais como as minhas se torna candidata a um cargo tão complexo como é o de governadora de um estado inteiro, é porque algo de muito sério está acontecendo na vida política. A derrota não deve ser vista fora de uma perspectiva dialética. A minha simples candidatura furou um bloqueio e ajudou a colocar em cena a questão de que qualquer pessoa pode ser candidata.

Que eu tenha passado a vida sendo apenas uma professora de filosofia, que tenha dedicado o meu tempo a escrever ensaios e romances e, de repente, tenha me envolvido em uma eleição e me esforçado por vencê-la para governar o estado onde gostaria de morar pelo resto da vida, causou espanto em muita gente. Uns

gostaram da ideia, outros, não. Muitos nem sequer ficaram sabendo — uma prova de que precisamos aperfeiçoar nossa comunicação.

Aos que em algum momento possam ter comemorado a minha derrota, ou a do partido ao qual me filiei, sugiro que cheguem ao fim deste livro. Claro, se tiverem coragem. É provável, no entanto, que nunca tenham chegado perto de um livro, e não por falta de oportunidade.

É justamente no contexto dessa estranheza que eu gostaria de tornar visível uma questão que, a meu ver, precisa ser analisada com urgência. A política tem que deixar de ser um território sitiado e comandado por coronéis e seus capangas. Chega de Estado de exceção. A própria política precisa ser democratizada. Ela tem que se tornar um lugar aberto às pessoas que estão para além dos jogos de poder. E essa abertura será provocada por nós, ou não existirá. Somos nós, pessoas comuns, que temos que criá-la com as próprias mãos.

Há outras pessoas comuns e simples como eu, como você que me lê neste momento, que estão aceitando este desafio. Algumas delas, para nossa felicidade, sobretudo algumas feministas, feministas negras, ecologistas, ativistas de diversos movimentos, mulheres, homens e pessoas da comunidade LGBT, pessoas provenientes de classes sociais humilhadas, que até agora não tinham se envolvido com política partidária e com disputas eleitorais, estão se elegendo para os cargos a que concorrem. São esses fios de esperança trançados por tantas pessoas — esperança de que haja alguma consciência maior e muita coragem — que me animam a escrever este livro. Apesar do trabalho sujo dos ideólogos capitalistas que fabricam cortinas e cegueiras para o povo, nós precisamos seguir. Compartilhar a experiência vivida, para que suas luzes e suas sombras possam nos ensinar alguma coisa de positivo, no sentido de fazer avançar a luta, é o meu objetivo. Escrevo, portanto, esperando que o pensamento lúcido e incansável no trabalho da compreensão

do mundo nos leve cada vez mais à ação que poderá transformar o momento de injustiça que vivemos.

A reflexão sobre questões políticas, das mais simples às mais complexas, as conceituais e as práticas, ora mais acadêmicas, ora mais populares, ora mais etnográficas, ora mais tecnológicas, é o esqueleto desta obra. Sua carne — viva — é a narrativa dos acontecimentos. O que expus nas páginas que se seguem se dá como um convite aos leitores para um passeio no tempo da memória e da reflexão.

Confio no encontro entre aqueles que pensam e o livro, como um elo entre nós. O autoconhecimento e o reconhecimento contidos nos livros, a unidade entre escrita e leitura, essa amizade entre escritor e leitor que escapa às misérias da vida ordinária, constituem o caminho que percorremos juntos há milênios — e têm mais força do que podemos imaginar, no momento em que é preciso resistir no espírito da criação de um mundo melhor para as pessoas que nele vivem.

Em tempos sombrios como estes, é inevitável que os livros sejam alvo da caça às bruxas, afinal, livros são armas contra o obscurantismo, núcleo fundamental do poder em todos os tempos. Entender os arranjos do que podemos chamar de “psicopolítica”, o poder como cálculo sobre as mentalidades, as afetividades, as emoções e os sentimentos, tal como comecei a fazer em *Como conversar com um fascista* e segui fazendo em *Ridículo político*, tem sua sequência neste livro, em que o termo “delírio” é a categoria fundamental de análise. Meu interesse é menos criar uma teoria sobre o delírio do que oferecer tópicos para uma reflexão sobre como enfrentá-lo e, assim, não nos tornarmos vítimas dele. Escrevi com o desejo de proteger a consciência e a lucidez, urgentes em um mundo de guerras e guerrilhas psíquicas.

Começo com uma análise do conceito de “delírio” e sigo falando da campanha e de tópicos por ela suscitados. Dividi o livro em

pequenos capítulos, para favorecer a leitura, pensando nas horas que sobram de dias cheios de trabalho ou emoções difíceis, que muitas vezes tornam as leituras impossíveis para tanta gente. Roubados em nossas percepções, muitas vezes não conseguimos nos concentrar para ler. E este é também o desafio: treinar a atenção por meio das palavras e dos conceitos. Eles são nossas armas em tempos de guerra psíquica e conceitual travada pelas ideologias destrutivas do mundo que agem contra a lucidez.

Aos que preparam o espírito para o Brasil que há de vir, boa leitura.

Marcia Tiburi
Pittsburgh, 2 de janeiro de 2019

1. O poder é uma doença

Este livro poderia se chamar *O poder é uma doença*, frase genérica com a qual eu poderia resumir muito do que vi acontecer perto ou longe de mim durante a campanha de 2018. Essa campanha deve ser analisada como um divisor de águas nas metodologias e tecnologias políticas de nossa época. O poder, a opressão e a dominação se transformaram sob as novas condições tecnológicas.

Mais do que nunca precisamos levar a sério as condições tecnológicas digitais dos jogos de poder, as redes sociais, os novos aplicativos, as metodologias que, na era da internet, mudaram a forma de ser do poder. É claro que a falta de ética que corre solta nesse universo no qual a pobreza da linguagem favorece as tramas mais mafiosas não pode ficar fora de questão.

Por “doença” devemos entender um distúrbio das funções originais de um corpo. Estamos falando de um mal. Um mal que faz parte da vida, mas que poderia não fazer, pois a doença não é uma necessidade, ela é uma contingência, um fado, um destino, uma causa ou um efeito. Nesse sentido, esta reflexão poderia fazer surgir um tratado de patologia política, ou de psicopatologia política. Uma anamnese básica poderia nos levar ao diagnóstico de paranoia universal, se tratar algo como universal não acabasse sempre em piada. O quadro nosológico do poder nos obrigaria a fazer prognósticos e a pensar no melhor tratamento, tendo em vista os tempos da reforma psiquiátrica, em que os manicômios não fazem mais sentido. Talvez o Congresso Nacional devesse ser objeto de

estudos.

É evidente que estou sendo irônica, no entanto, não seria de todo ruim tentar entender a política nos termos da psicopatologia da vida cotidiana ou psicopatologias da vida cotidiana virtual.

Nem a noção especializada, nem a noção popular de doença expressam o caráter de insanidade, de inversão do sentido, de perversão emocional em que vivemos hoje em termos éticos e políticos, nem sequer como uma metáfora. E por mais que a síndrome autoritária¹ e a paranoia generalizada sejam bons diagnósticos a serem levados em conta, falar de doença em um contexto tão amplo poderia soar como uma queda na psicologização da vida. Meu interesse não é psicologizar ou psicopatologizar a vida, nem a teoria nem a vida da política, mas apenas abrir caminhos para mais reflexividade e mais sensibilidade quanto a temas que, antes de serem psicológicos, são filosóficos — no sentido de ser parte dos questionamentos básicos de todos nós, ou pelo menos daqueles que ainda se ocupam de pensar livremente e com responsabilidade. Não gostaria de falar como o especialista em doenças mentais, mas apenas como uma professora de filosofia preocupada com a formação das mentalidades, que convida a pensar a partir da linguagem cotidiana. Afinal, como colocado pelo grande pensador Roland Barthes: por que não falar a língua de todo mundo?

Estamos em uma época em que as pessoas perderam a noção das figuras de linguagem e, por isso, colaboram com o rebaixamento da linguagem à literalidade, o que faz com que ela perca seu próprio ser composto de camadas, de muitas sedimentações de sentido e, portanto, de múltiplas potencialidades. Sabemos, além de tudo, que há uma guerra contra a complexidade baseada em táticas de vampirismo epistemológico, com o objetivo de sustentar a ideologia dominante que a ele serve. É uma guerra ideológica perpetrada pelos braços epistemológicos e deformativos, digamos assim, do poder econômico em seu enlace com o poder político.

Depois da publicação de *A doença como metáfora*, de Susan Sontag,² creio que nenhum pensador responsável deixaria de levar a sério sua crítica. Afinal, a doença, como ela bem demonstrou ao tentar desmistificar o termo, faz parte da vida, e há coisas na vida que podem ser piores do que enfermidades. Penso na tortura e na defesa que certos líderes autoritários fazem dela hoje, defesa que só podemos ouvir entendendo que se trata de um discurso delirante sobre uma proposta igualmente delirante. E que essa defesa em tudo delirante, ao mesmo tempo não é simplesmente delirante, embora o delírio seja a forma de produzi-la e de fazê-la vingar e perdurar. Que as pessoas possam aderir a essas ideias, implica um grau de maldade, outro de incoerência, outro de cancelamento da capacidade de pensar e analisar o que está em jogo para elas mesmas. Se não percebem que até elas mesmas podem ser destruídas, é porque estão realmente muito além do que a razão ou a sensibilidade podem ajudar a explicar.

Sem descartar o uso das figuras de linguagem, juntando minha experiência concreta a pesquisas e reflexões conceituais, decidi usar o termo “delírio” menos como “doença” do que como categoria de análise política; tanto da política no sentido genérico e simbólico, quanto da política no sentido institucional e prático. Minha esperança é de que a análise que se segue possa nos ajudar a superar este momento tenso da política nacional. Momento que desejo do fundo do meu coração seja superado o quanto antes.

2. Delírio: uma definição

Vou começar com uma definição geral de “delírio”. Trata-se de uma definição construída a partir de perspectivas que vêm contribuindo para a compreensão do fenômeno através dos tempos.

O delírio é um tópico importantíssimo nas áreas da psiquiatria e da psicologia, mas vou usá-lo aqui em sentido filosófico. Isso quer dizer que usarei o delírio como um conceito, uma categoria de análise para compreender aspectos da sociedade atual. Entre a noção de confusão mental e a condição de fascínio e êxtase que são próprios do delírio, podemos discutir o tema de um “delírio coletivo” que nos permita pensar a estrutura mental e subjetiva de nosso tempo. O delírio como forma de uma mentalidade psicossocial. Parto da hipótese de que, assim como a sociedade vive sonhos e fantasias coletivos, e pode até construir diálogos a partir dessas experiências, também é capaz de viver loucuras em comum.

O coração da palavra “delírio” está em sua etimologia. O verbo latino *delirare* significa “estar fora de si”. “Estar fora de si” pode significar estar siderado, fora da órbita, como dizemos em um sentido coloquial para nos referir a loucuras alheias, ou até mesmo próprias, quando somos capazes de percebê-las. “Loucura”, a propósito, é um conceito genérico usado para expressar muitas coisas e, nesse sentido, é sinônimo de “delírio”, como quando se diz que alguém “foi à loucura” ou “foi ao delírio”. Pode-se usar a expressão “estar fora de si” para explicar momentos de agressividade, o que pode também acontecer em um estado de delírio. Mas a

agressividade e o delírio não se confundem. O que realmente caracteriza o delírio é uma radical desorganização dos pensamentos e da linguagem e uma crença absoluta em algo, por mais absurdo ou estapafúrdio que o objeto dessa crença possa ser.

O aspecto que me interessa guardar para nossa reflexão é esse “estar fora de si”. Minha hipótese é que a alienação produzida pelo sistema econômico e social é a base da condição delirante em que se encontra a sociedade atual, e nela a subjetividade em geral na qual indivíduos são capazes de aderir às massas sem pensar no que significa essa adesão. Só se pode ser “massa” entrando no modo de operação mental a que chamaremos de delírio. E o delírio produz êxtase. E o êxtase implica um prazer de estar fora de si.

Por “delírio”, entendo uma operação mental, mas também uma forma mental projetada e apresentada como linguagem a partir dessa operação. O delírio é uma construção mental, uma representação proveniente do que há séculos vem sendo chamado de “inconsciente”, e que se tornou muito popular depois da popularização da própria psicanálise, embora seja um conceito filosófico que diz respeito, sobretudo, ao que não sabemos de nós mesmos e do mundo, da natureza e das ideias humanas. A representação a que chamamos “delírio” surge das dores e dos desejos profundos, daquilo que, sendo insuportável, foi recalcado na vida inconsciente de cada um. O que chamo de “recalcado”, pelo menos na teoria de Freud, que sigo aqui, é aquilo que está muito além do reprimido, do esquecido ou do que tentamos esconder dos outros. O recalcado seria aquilo que tentamos esconder de nós mesmos, por seu conteúdo insuportável. Torna-se, portanto, algo ignoto. Não apenas repulsivo, mas amedrontador.

Delírio é ainda uma construção organizada como um sistema, com lógica própria, embora pareça simplesmente uma narrativa absurda. Estamos falando de uma construção paradoxal. De algo incrível, inacreditável e, mesmo assim, objeto da crença de seu autor.

E de seus seguidores. Não vou usar a religião como exemplo, tal como fez Freud, pois isso exigiria outro trabalho. No entanto, me parece que, assim como há muito delírio na religião — e má-fé, que usa a ingenuidade da população em certos contextos visíveis em nossa sociedade —, há algo de religioso no delírio: o seu elemento absoluto e dogmático.

Em Freud, o delírio surge como o “retorno do recalcado”, como aquilo que teria sido empurrado para dentro, para o fundo falso de nossa inconsciência, e que, estranhamente, ressurgiu de fora. Isso mostra a força que produz algo como um delírio, que toma o sujeito de maneira a torná-lo uma vítima de seu próprio inconsciente. Para Freud, o delírio é tão complexo que parece ser justamente uma tentativa de cura, como ele nos mostra no caso de Schreber,³ o juiz alemão que ficou famoso por seu delírio paranoico no qual imaginava ser a mulher de Deus e se tornou um dos casos mais importantes de delírios analisados por Freud.

Na exposição desse conceito, estou me valendo dessas ideias freudianas básicas; a primeira, o paradoxo interessantíssimo de que aquilo que “foi recalcado para dentro retorna de fora”; a segunda, de que se trata de uma tentativa de cura, porque, nesse último caso, pensar que haja cura possível é algo que nos enche de esperança, apesar das linhas tortas desse fenômeno. De fato, a cura pode se realizar, quem delira pode parar de delirar, o que não raro acontece. Mas não podemos deixar de lado o aspecto mórbido dessas representações absurdas carregadas de fantasia. Afinal, são de fato tentativas de cura, mas que nem sempre dão certo. Em vez de provocar a cura, os delírios, quando em dimensão coletiva, em escala social, provocam danos muitas vezes irrecuperáveis para as sociedades nas quais ocorrem.

Vou tomar, portanto, o conceito de “delírio” como uma construção extravagante que advém de processos psíquicos muito mal resolvidos e tem uma função fundamental na ideia de realidade

de quem delira. Não vou, contudo, tratar neste livro, tão modesto em suas pretensões, da questão da energia libidinal, em que pese haver um fundo sexual — e homossexual — fortíssimo na vida política, a ser analisado em outra obra, sobre sexologia política, que está em preparação. Devemos levar em consideração que em Freud a energia homossexual é uma ameaça que está na base da construção delirante. O sujeito usa o mecanismo de projeção para se proteger do que lhe é insuportável; ele sexualiza as relações com as pessoas do mesmo sexo justamente para se proteger delas. O sexo, para quem delira, é um fato fundamental da vida — e deve ser, para todas as pessoas, algo importante em medidas diversas e momentos igualmente diversos. Ao mesmo tempo, é algo com o que o sujeito que delira não consegue negociar. Em palavras simples, o sexo atravessa todas as suas relações, está na base de alguma coisa a ser expurgada devido ao sofrimento que ela lhe causa e que o sujeito delirante é incapaz de reconhecer. O que nos faz pensar no caráter delirante de todo o sexismo e do próprio patriarcado como sistema (que se demonstra delirante no sentido da estrutura paranoica), mas isso deixaremos para outro estudo específico.

Como sistemas tais como o patriarcado — que sempre projetou nas mulheres a loucura que lhe é própria —, o racismo e sobretudo o capitalismo — que projetam inferioridade de raça e classe nos seres que escolhe como objetos de exploração — conseguem capturar as pessoas psiquicamente é uma questão que, respondida, pode nos ajudar a entender o sentido dos delírios coletivos que vivemos e a encontrar uma maneira de nos livrarmos deles.

3. Hitler

Quero ser ainda mais direta na exposição do problema que a meu ver precisamos enfrentar. Vou dar um exemplo bem popular: Hitler. Qualquer pessoa que conheça um pouco desse personagem histórico vai achar que ele era, no mínimo, um sujeito com problemas. Hitler vivia o mais clássico dos delírios de grandeza e levou toda a Alemanha com ele por meio da fantasia que foi a ideia de uma “raça ariana”. A “grandeza” é algo que está presente como uma promessa também no discurso de Donald Trump.

No caso de Hitler, a fantasia era a existência da “raça ariana” e o delírio era o todo metodológico e epistemológico que girava em torno dessa fantasia que poderia ter sido usada apenas para fazer um filme. E isso era justamente o que Leni Riefenstahl, a cineasta nazista, fazia. Mas para Hitler, infelizmente, não era apenas uma obra de arte ou entretenimento o que estava em cena, mas a construção estética do poder. O delírio é algo diferente da fantasia. Há algum grau de fantasia em qualquer ficção. A ficção implica a fantasia, porque implica o imaginário e simbólico.

Esta é uma questão importante na psicanálise: neuróticos deliram, assim como psicóticos. Mas os primeiros ainda se preocupam com os delírios que possam ter. Se estamos inscritos no padrão mental neurótico, ficamos alarmados quando temos ideias muito mirabolantes, vemos coisas, alucinamos ou ficamos com ideias fixas. Corremos para o psicanalista ou procuramos ajuda de alguém, porque sofremos com as “loucuras” que podemos ter na cabeça ou

até mesmo realizar. Mas Hitler não era um neurótico apenas. E talvez não fosse somente um psicótico. Talvez fosse um perverso capaz de catalisar as fixações, as fantasias, as negações e os desejos perturbados de outros. Entretanto, essa constatação, esse diagnóstico, não resolve o nosso problema.

Hitler nos serve como grande exemplo. Até hoje nos perguntamos se ele era a personificação concreta do mal radical, aquele mal no qual não há nada de bom nem mesmo para o perpetrador do mal, o mal da pura iniquidade, da pura aniquilação e destruição, ou se ele era simplesmente um louco, um psicopata, habitante da zona de indistinção que é típica do delírio. Talvez fosse as duas coisas e por isso tenha usado a propaganda, também uma área de produções estéticas indistintas. Por ser um lugar indistinto é que os neuróticos acabam pisando no território do delírio em alguns momentos, os psicóticos vivem nele, e os perversos apenas o manipulam.

O grão de verdade que Freud disse existir no delírio é a prova de que não existe insanidade em estado puro. Os delírios, de qualquer modo, se dão em confronto com a realidade. Se a negam, é para salvar o sujeito do delírio da realidade insuportável. Mas também podem ser menos espontâneos ou menos autênticos, e usados para os piores fins. Podem servir para confundir a realidade e, desse modo, aniquilá-la. Esse é um aspecto importante. Os delírios se dão em uma zona de indistinção perigosa, justamente onde atuam os espertos do nosso tempo.

Se seguirmos uma linha freudiana, diremos que o delírio nasce do desejo que se projeta, ali onde o indivíduo não tem opção. Ali onde o recaiado aparecerá. A projeção, que é o caminho pelo qual a representação delirante ocorre, se daria, em Freud, por pressão daquilo que em psicanálise muitos chamam de pulsão, esse limiar entre o corpo e a cultura, entre o instinto e o espírito.

Há pouco falei de um fundo falso da subjetividade. Aliás, estou chamando de subjetividade nosso todo interno mental e emocional,

racional e afetivo. Em certo sentido, a subjetividade é compartilhada com as demais pessoas porque está sempre em produção a partir do imaginário e do simbólico partilhados em níveis diversos. Somos internamente muito parecidos do ponto de vista das estruturas. Fazemos parte de âmbitos de linguagem comuns. Ninguém é uma mônada. Podemos dizer que o inconsciente é um fundo falso e que esse fundo falso é algo pessoal, como uma mala que se leva em uma viagem. Um belo dia, sem mais nem menos, ele pode ser aberto por algo ou alguém desavisado. Esse fundo falso pode ser, com ou sem intenção, furado por algum objeto cortante, uma palavra pontiaguda, uma frase afiada, um olhar perfurador. O objeto perfurante pode nem ser percebido. Essa região, ou essa mala com seu fundo falso que preferíamos não ter que carregar, nós a conhecemos vulgarmente. Trata-se daquele lugar em nós onde cada um é mal resolvido, digamos assim. Ali onde cada um tende a sofrer de antemão caso seu conteúdo seja tocado pela presença de certos significantes. Trata-se daquilo que nos faz fugir, que nos faz nos esconder de nós mesmos por inteiro, que nos faz pedir para não termos nascido, para usar uma expressão um pouco trágica. Aquele lugar de onde fugimos por seu caráter abissal. Aquele lugar que, caso fôssemos Hitler, ou seus seguidores, nos faria acreditar que uma raça inteira de pessoas deveria desaparecer, e nos faria também trabalhar para esse acontecimento. Esse é o delírio que nos importa tratar. A manobra, a colocação em prática de uma visão de mundo destrutiva, absurda e, ao mesmo tempo, lógica, mas que não se encerra em si abstratamente como uma simples fantasia. Ela produz um mundo.

Não é difícil perceber um delírio; nele imperam a irrealidade e a irracionalidade.⁴ A realidade desaparece e é substituída por uma construção fantasiosa que tem a função de compensar um vazio, mesmo que seja de explicação. A fantasia, contudo, não é ficção. A noção de ficção — aquela que permite comparar uma representação com a realidade e a partir daí fazer arte, literatura, cinema — cai por

terra no delírio, e tudo que diz respeito ao conteúdo do delírio passa a ser verdade para quem a ele se liga. Apagam-se as fronteiras, porque a noção de outro desapareceu. Ou, em um delírio como o de Hitler, é o outro que tem efetivamente que desaparecer, porque internamente já não está ali. E o delirante se torna uma espécie de pedra para ele mesmo, incapaz de sentir o outro, suas dores, seu direito de estar no mundo.

4. Delírio administrado

Nesse ponto é que a questão dos delírios vividos coletivamente se torna radicalmente importante. Tempos atrás, a crítica literária norte-americana Elaine Showalter lançou um livro, intitulado *Histórias históricas*,⁵ no qual trabalha sobre exemplos de gigantescas mistificações, as quais denominou de “histerias”, em uma relação direta com as teorias sobre o tema, da Antiguidade ao século XIX. Entre seus exemplos do século XX estão a síndrome da Guerra do Golfo, a memória recuperada de abusos sexuais e de abusos relacionados a rituais satânicos, os distúrbios de múltipla personalidade e a abdução extraterrestre. Showalter afirma que essas “histerias” são difundidas pela mídia, que vê nelas uma mercadoria, afinal, sempre se pode ganhar dinheiro com absurdos e aberrações de todo tipo. A própria histeria foi uma dessas invenções delirantes sobre um delírio que rendeu muito poder e dinheiro para médicos e psiquiatras em sua época.

Podemos concordar com o rico ponto de vista dessa autora, afinal, nos tornamos objetos de um sistema que transformou o “enlouquecimento” em método de controle e disciplina, dominação e poder. Ora, mistificações sempre servem ao poder e ao mercado. Poderíamos compreendê-las como delírios coletivos organizados e orquestrados, como delírios administrados pelos donos dos meios de produção discursiva, que são as corporações de comunicação.

Nessa administração dos delírios, podemos sugerir que há duas formas de delírio a serem contempladas. De um lado, a forma

clássica, na qual o sujeito delirante trata a fantasia como realidade, e, do outro, uma forma negativa, na qual a realidade pode surgir, ela mesma, como uma falsidade. A negação da realidade não é um modo simples de combater a realidade, mas faz parte da organização geral do sistema delirante. O sujeito delirante não acredita no que vê, no que ouve, no que se tornou evidente por meio de argumentos racionais. O que estou chamando de “delírio negativo” interessa muito a essa reflexão, porque se trata de compreender o ato de negar evidências e de viver em um mundo à parte com consequências diversas para o mundo ao redor.

No caso de um delírio negativo, trata-se de uma operação mental por falta, na qual a linguagem não cumpre o seu sentido de ligação com o outro. Esse tipo de delírio parece mais ingenuidade ou simples ignorância, mas não deixa de ser uma atuação do recalcado que não permite que o indivíduo se relacione com a realidade devido ao seu conteúdo insuportável. Evita-se, portanto, enfrentar as próprias questões que porventura poderiam surgir em uma análise mais meticulosa. Alienação em um sentido radical é o termo adequado ao caso.

O delírio negativo por meio do qual se rejeita o mundo exterior é, contudo, cada vez menos raro. Uma forma básica de negar a realidade é não aceitar argumentos racionais. O sujeito delirante continua atuando, trabalhando, vivendo, até mesmo normalmente, mas é incapaz de aceitar argumentos relacionados que possam estar ligados à vida real. Tudo aquilo que lhe pareça real demais deve desaparecer. E o que é o real nesse caso? A presença do outro em todas as duas formas. Política, por exemplo, é um tema que chama ao real. Ela traz o outro à presença, por isso, deve desaparecer. Tudo que ocultar o real, e essa existência do outro, será bem-vindo. Toda ideologia capaz de cumprir esse papel será desejada. E, para que não seja percebida como uma cortina, será bem-vinda também a atitude fanática da projeção por meio da qual se diz que “ideologia” é o que

“eu não penso”.

“Ideologia” se torna, portanto, o que os outros pensam e fazem. Assim é que padres comprometidos com fundamentos do cristianismo institucional ligado ao poder da Igreja criam a chamada “ideologia de gênero”, projetando nas estudiosas de gênero seus princípios patriarcais. O termo “gênero”, nesse sentido, é capturado por um delírio, assim como o próprio termo “ideologia”. Termos cunhados para servir como categoria de análise são usados para mistificações que evitam a todo custo a escuta do outro. E o que seria apenas uma falácia nas mãos de poucos torna-se um delírio coletivo na mente de muitos quando essa falácia tem um grande impacto nos recalques sem os quais as pessoas não conseguiriam sobreviver a seus próprios desejos.

Nesse delírio negativo, as pessoas se tornam incapazes de se relacionar ao “outro” do campo do imaginário e ao “Outro” do chamado campo do simbólico, se quisermos usar conceitos muito comuns na psicanálise desde Lacan. As pessoas rompem, em caso de delírio, com o simbólico, com o lugar da Lei e da cultura, aquele universo aberto relacionado ao que todos podemos compreender, e ao mesmo tempo, rompem com o imaginário, com o campo do que faz sentido, o mais próximo, o que podemos comunicar. Resta a chance de produzir delírio, essa tentativa desesperada de sair da psicose ou de evitar que ela se instaure e fique para sempre. Em nosso caso, porém, a relação com o outro surge com base nas novas condições em que o delírio se transformou em uma verdade assumida por negação do mundo. O delírio com base na falta de escuta, de alteridade, vem a ser o novo lastro social. Muitas pessoas flagradas no delírio revidam contra aqueles que o denunciaram e, ao mesmo tempo, fazem isso “unindo-se” em uma comunidade.